



Goiânia/GO, 17 de novembro de 2017.

CARTA DE GOIÂNIA

“Carta de Goiânia do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais”

Os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do Ministério Público, reunidos na cidade de Goiânia - GO, debatendo em Fórum Nacional o tema **“O MP que temos e o MP que queremos”**, reafirmam a pauta de reivindicações da Carta de Natal e publicam a presente.

A caótica conjuntura política e econômica brasileira em 2017 deu ensejo à construção de uma narrativa que potencializa o ataque aos direitos dos trabalhadores do Brasil. Nesse sentido, mesmo com o governo mais antipopular da história, aprovou-se a reforma trabalhista, já em vigência, que desconstruiu diversos direitos e garantias, frutos das lutas históricas do sindicalismo brasileiro, bem como o congelamento dos gastos públicos durante 20 anos. Além disso, outros ataques estão em curso e precisam ser enfrentados, tais como a contrarreforma previdenciária e o ajuste fiscal nos Estados.

Há uma marcha acelerada de desmonte do ainda inconcluso Estado Social brasileiro, alicerçado na Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, o papel do Ministério Público como defensor dos direitos sociais e fundamentais, coletivos e individuais, está em xeque.

Diante disso, é fundamental que o Ministério Público inicie um processo de profunda reflexão acerca da sua finalidade e seu papel constitucional. É urgente um movimento coletivo que una os integrantes dos MPs na defesa do seu papel e autonomia, com um novo marco legal que defina o perfil da instituição, dotando-a de democracia interna, controle e transparência social, o respeito no ambiente de trabalho, bem como a valorização de seus servidores.

A defesa efetiva dos direitos do povo brasileiro, das políticas sociais e a defesa da própria existência do MP cidadão depende da ampliação da luta, do enfrentamento aos ataques aos direitos, da atuação mais firme da instituição, sendo que para isso é essencial o protagonismo dos trabalhadores dos Ministérios Públicos.

O Fórum Nacional dos Trabalhadores dos MPs Estaduais conclui que o MP brasileiro tem dois caminhos claros: sucumbir a essa conjuntura e, assim, perder sua relevância para a sociedade ou assumir o seu papel constitucional e efetivar os direitos e garantias sociais e da cidadania.

**FÓRUM NACIONAL DOS TRABALHORES E TRABALHADORAS DOS
MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS**